



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO Nº : 10707.000182/2008-81
UNIDADE AUDITADA : SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB 7ª REGIÃO FISCAL
CÓDIGO UG : 170116
CIDADE : RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO Nº : 208178
UCI EXECUTORA : 170130

Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 208178, e consoante o estabelecido na Seção I, Capítulo II da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão das unidades abaixo relacionadas:

- Superintendência Regional da Receita Federal na 7ª Região Fiscal - 7ª SRRF;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói - DRF/NI;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória - DRF/VIT; e
- Alfândega da Receita Federal do Brasil Porto de Vitória - ALF/VIT.

I - ESCOPO DOS EXAMES

2. Os trabalhos foram realizados por meio de testes, análises e consolidações de informações realizadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Entidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- **AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO:** Análise dos resultados operacionais e orçamentários contidos no relatório de gestão 2007 da 7ª SRRF.
- **QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES E DESEMPENHO UTILIZADOS E CONTROLES INTERNOS IMPLEMENTADOS PELA GESTÃO:** Análise dos indicadores dispostos no relatório de gestão 2007 da 7ª SRRF.



- **REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS**

7ª SRRF - Análise, por amostragem, considerando a materialidade dos recursos envolvidos, perfazendo o montante de R\$ 3.812.523,71 (três milhões oitocentos e doze mil quinhentos e vinte e três reais e setenta e um centavos), representando 18,87% da despesa total executada em 2007 pela Unidade.

DRF/NI - Análise por amostragem, considerando a materialidade dos recursos envolvidos, bem como seus respectivos pagamentos, no valor total de R\$ 67.648,40 (sessenta e sete mil seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).

DRF/VIT - Análise, por amostragem, considerando a materialidade dos recursos envolvidos, bem como seus respectivos pagamentos, perfazendo o montante de R\$ 639.601,90 (Seiscentos e trinta e nove mil seiscentos e um reais e noventa centavos), representando 31,11% da despesa total executada em 2007 pela Unidade.

ALF/VIT - Análise, por amostragem, considerando a materialidade dos recursos envolvidos, bem como seus respectivos pagamentos, perfazendo o montante de R\$ 114.042,00 (cento e quatorze mil e quarenta e dois reais), representando 6,44% da despesa total executada em 2007 pela Unidade.

- **REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS:** Análise das variações ocorridas no quantitativo de pessoal da 7ª SRRF em 31/12/2007 e 31/12/2006.

- **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU:** Análise do atendimento às recomendações e/ou determinações expedidas pelo Tribunal de Contas da União.

- **CONCESSÃO DE DIÁRIAS:**

7ª SRRF - Análise, por amostragem, considerando a materialidade dos recursos envolvidos, de 16 Propostas de Concessão de Diárias - PCDs no país e 06 PCDs referentes a diárias no exterior, no valor total de R\$ 48.650,55 (quarenta e oito mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos), correspondendo a 18,79% do total gasto pela Unidade com diárias, no exercício sob exame.

DRF/NI - Análise, por amostragem, considerando a materialidade dos recursos envolvidos, de 16 Propostas de Concessão de Diárias - PCDs no país, no valor total de R\$ 3.013,43 (três mil treze reais e quarenta e três centavos), correspondendo a 1,66% do total gasto pela Unidade com diárias, no exercício sob exame.

DRF/VIT - Análise, por amostragem, considerando a materialidade dos recursos envolvidos, de 62 propostas de concessão de diárias no país, no valor total de R\$ 20.616,85 (vinte mil seiscentos e dezesseis reais e oitenta e cinco centavos), correspondendo a 6,9% do total gasto pela Unidade com diárias, no exercício sob exame.

ALF/VIT - Análise, por amostragem, considerando a materialidade dos recursos envolvidos, de 108 Propostas de Concessão de Diárias - PCDs - no país, de um total de 276 (39%), para os quais os



deslocamentos iniciaram-se na quinta ou Sexta-feira ou terminaram segunda ou Terça-feira.

- SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

7ª SRRF - Análise, por amostragem, considerando a materialidade dos valores envolvidos, dos gastos com suprimentos de fundos, na modalidade Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, no valor total R\$ 5.595,10 (cinco mil quinhentos e noventa e cinco reais e dez centavos). Também foi examinada a concessão do suprimento de fundos na modalidade Ordem Bancária de Pagamento - OBP, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Esta análise representou 47,03% de toda a despesa efetuada com suprimento de fundos, no exercício de 2007.

DRF/NI - Análise, da totalidade dos gastos com suprimentos de fundos, exercício de 2007, na modalidade Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, no valor total R\$ 17.542,22 (dezessete mil quinhentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos).

DRF/VIT - Análise, por amostragem, considerando a materialidade dos valores envolvidos, dos gastos com suprimento de fundos, na modalidade Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, no valor total de R\$ 2.990,69 (dois mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos), que representou 100% de toda a despesa efetuada com suprimento de fundos, no exercício de 2007.

ALF/VIT - Análise de 100% dos gastos com suprimento de fundos, na modalidade Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF - no valor total de R\$ 12.756,65 (doze mil setecentos e cinqüenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no Anexo I - Demonstrativo das Constatações e que dão suporte às análises constantes da conclusão deste Relatório de Auditoria. Os pontos listados no referido Anexo foram elaborados a partir das ações de controle realizadas durante o exercício e exame do processo de contas apresentado pela Unidade Consolidadora.

4. Informamos a seguir as unidades que compõe a SRRF - 7ª RF, embora destas, apenas 4 (quatro) foram efetivamente auditadas: 7ª SRRF, DRF/NI, ALF/VI e DRF/VI, em função da capacidade operativa da CGU. Para tanto, utilizou-se o critério da materialidade das despesas executadas, selecionando-se as primeiras unidades, ordenadas no sentido decrescente, que perfizeram 61% do percentual acumulado. Foram incluídas, necessariamente, a Superintendência da RFB na 7ª Região Fiscal, por se tratar da Unidade Consolidadora das contas, e uma Unidade Jurisdicionada localizada na capital do Estado do Rio de Janeiro, além de mais duas no Estado do Espírito Santo.

UG	DESCRIÇÃO
170102	ALFANDEGA PORTO VITÓRIA
170103	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM VITÓRIA
170116	SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 7A.RF/RJ



UG	DESCRIÇÃO
170118	ALFANDEGA CL.A NO PORTO DO RIO DE JANEIRO/RJ
170119	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM V.REDONDA/RJ
170120	DELEGACIA DA REC.FEDERAL EM CAMPOS GOITACAZES
170121	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM NITEROI/RJ
170122	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM NOVA IGUACU/RJ
170125	ALFANDEGA CL.A NO AEROPORTO INTERNACIONAL/RJ
170257	DELEGACIA DA REC.FED.DE ADMINIST.TRIBUT.NO/RJ
170258	INSP.REC.FEDERAL CL.ESP. "A" NO R.JANEIRO/RJ
170298	DELEGACIA DA REC. FED. DE JULGAMENTO NO RJ/I
170316	DELEG.ESPECIAL DE INSTITUICOES FINANCEIRAS/RJ
170317	ALFANDEGA CL. "B" DO PORTO DE SEPETIBA/RJ
170383	DELEGACIA DA RECEITA FED. DE FISCALIZACAO/RJ
170384	DELEGACIA DA REC. FED. DE JULGAMENTO NO RJ II
170386	INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL EM MACAE/RJ

5. Verificamos no Processo de Contas da Unidade Consolidadora a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-47/2004 e pela DN-TCU-85/2007, Anexo XI.

6. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-85/2007, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo I - Demonstrativo das Constatatórias, efetuamos as seguintes análises:

5.1 AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS

Tabela 01 - Resultados Orçamentários - 2006 x 2007

AÇÃO	2006		2007		VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	EFETIVIDADE	
	RECEBIDO	LIQUIDADO	RECEBIDO	LIQUIDADO	RECEBIDO 2006/2007	LIQUIDADO 2006/2007	2006	2007
PROJETO 2272 - Gestão e Administração do Programa								
2272	29.880.202,80	29.872.109,08	42.468.391,97	32.275.528,08	142,13%	76,00%	99,97%	76,00%
PROJETO 2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária Aduaneira								
2237	4.726.344,77	4.726.344,76	2.478.040,33	2.269.508,63	52,43%	91,58%	100,00%	91,58%
PROJETO 2238 - Arrecadação Tributária e Aduaneira								
2238	5.606.891,00	5.602.092,39	5.409.056,45	5.015.013,00	96,47%	92,72%	99,91%	92,72%
PROJETO 3E63 - Modernização da Administração Fazendária								
3E63	NA	NA	0,00	0,00	0,00%	0,00%	NA	NA
TOTAL	40.213.438,57	40.200.546,23	50.355.488,75	39.560.049,7	125,22%	98,41%	99,97%	78,56%

Fonte: Relatório de Gestão 2007

A tabela acima contém os resultados orçamentários obtidos pela 7ª Região Fiscal ao longo do exercício de 2007 no que diz respeito aos recursos investidos na realização das ações do Programa 0770 - Administração Tributária e Aduaneira, cujo principal desafio é alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego.

Embora os percentuais de efetividade na execução orçamentária obtidos em 2007 tenham sido inferiores aos resultados alcançados no exercício



anterior, a região superou quase todas as metas definidas para os indicadores de gestão local, conforme indicado na tabela a seguir:

Tabela 02 - Resultados Operacionais - RFB x 7ª SRRF

Descrição das Atividades	RFB			7ª REGIÃO FISCAL		
	META	REALIZADO	%	META	REALIZADO	%
Arrecadação Federal de Tributos e Contribuições	R\$ Milhões					
TOTAL	558.946	573.887	102,67%	105.705	105.347	99,66%
Arrecadação Fazendária Bruta	421.915	431.282	102,22%	87.113	86.491	99,29%
Arrecadação Previdenciária Administrativa	137.031	142.605	104,07%	18.592	18.856	101,42%
Arrecadação e Fiscalização Tributária e Aduaneira	Nº de Ações Fiscais					
TOTAL	33.958	39.615	116,66%	4.421	4.936	111,65%
Fiscalização de Receita Previdenciária	15.085	16.034	106,29%	1.847	2.012	108,93%
Fiscalização de Tributos Internos	18.873	23.581	124,95%	2.574	2.924	113,60%
Controle Aduaneiro	Tempo Médio - Dias:horas:minutos					
Tempo Bruto de Despacho de Importação	03d:11h:16min	02d:11h:45min	139,36%	03d:15h:36min	03d:12h:43min	103,40%
Tempo Bruto de Despacho de Exportação	00d:10h:33min	00d:09h:21min	112,82%	01d:01h:12min	01d:01h:40min	98,13%
Vigilância e Repressão	Nº de Operações					
TOTAL	1.538	2.375	154,42%	220	372	169,09%
Atendimento pessoal (CAC e Agências)	Tempo Médio - Minutos:segundos					
Tempo Médio de Espera por Atendimento	23min:00seg	29min:30seg	77,97%	22min:30seg	31min:51seg	70,64%

Fonte: Relatório de Gestão 2007

Diante do exposto, nossa opinião é que os resultados operacionais e orçamentários obtidos pela 7ª Região Fiscal, ao longo do exercício de 2007, foram bastante satisfatórios, principalmente por causa do impacto gerado pelo processo de unificação da SRF e SRP, que se refletiu em uma enorme demanda por treinamento e adaptações, não apenas estruturais e funcionais, como também culturais, nos processos de trabalho.

Ainda assim, a região conseguiu cumprir praticamente todas as suas metas dentro do orçamento previsto e integrar 77,5% das suas Unidades de Atendimento durante o exercício, sendo que aquelas que não puderam ser unificadas em 2007, não o foram principalmente pela falta de instalações físicas adequadas para absorver os servidores e serviços da extinta Receita Previdenciária. Tal fato por si só se traduz em uma gestão da aplicação de recursos não apenas eficaz como também eficiente.

Como ponto crítico, destacamos a área de Atendimento Pessoal, que conforme registrado no próprio relatório de gestão, ainda possui uma série de falhas a serem sanadas, assim como foi aquela na qual a região teve o seu pior desempenho. Em contrapartida, mais uma vez as estratégias adotadas localmente com relação à área de Vigilância e Repressão se comprovaram como sendo bastante adequadas, visto que os resultados obtidos no exercício indicam uma melhora contínua com um desempenho inclusive superior ao nacional.

Por outro lado, os números na tabela acima indicam que ainda existe espaço para melhorias, visto que os índices de realização nacional em quase todas as áreas foram superiores aos obtidos pela regional. Neste sentido, acreditamos serem bastante adequados e tempestivos os



investimentos sendo efetuados na sistemática de Planejamento Estratégico, a qual disponibilizará novas ferramentas para implementação e gestão de resultados, e com isso, muito provavelmente, um melhor desempenho por parte da RFB como um todo, incluindo a 7ª Região Fiscal.

5.2 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

Os principais indicadores de desempenho apresentados pela 7ª Região Fiscal em seu Relatório de Gestão, conforme listado no quadro a seguir, atendem segundo o nosso entendimento, não apenas às diretrizes definidas pelo TCU, como também aos padrões de mercado, sendo todos de fácil apuração e elevada representatividade.

Apesar disso, os indicadores utilizados só permitem a análise da eficácia e eficiência, não permitindo inferências sobre economicidade, qualidade e efetividade, e como não foram realizados testes na base primária de dados, não é possível convalidar os referidos indicadores de modo a emitir opinião sobre a sua consistência.

Quadro 01 - Indicadores de Desempenho

Descrição e objetivo do Indicador ou Medida	Tipo de Indicador ou Medida	Padrão de Desempenho Utilizado	Fonte do Padrão de Desempenho	Análise quanto à consistência do indicador e ao padrão utilizado	
Realização de Arrecadação	Eficácia	NA	NA	Seletividade	OK
				Simplicidade e Custo de Obtenção	OK
				Cobertura e Foco	OK
				Gerenciamento da Rastreabilidade e Acompanhamento	OK
				Permanência e Grau de Estabilidade	OK
Realização das Metas de Arrecadação	Eficácia	NA	NA	Seletividade	OK
				Simplicidade e Custo de Obtenção	OK
				Cobertura e Foco	OK
				Gerenciamento da Rastreabilidade e Acompanhamento	OK
				Permanência e Grau de Estabilidade	OK
Tempo Médio Bruto de Despacho Aduaneiro na Importação	Eficiência	NA	NA	Seletividade	OK
				Simplicidade e Custo de Obtenção	OK
				Cobertura e Foco	OK
				Gerenciamento da Rastreabilidade e Acompanhamento	OK
				Permanência e Grau de Estabilidade	NOK
Tempo Médio Bruto de Despacho Aduaneiro na Exportação	Eficiência	NA	NA	Seletividade	OK
				Simplicidade e Custo de Obtenção	OK
				Cobertura e Foco	OK
				Gerenciamento da Rastreabilidade e Acompanhamento	OK
				Permanência e Grau de Estabilidade	NOK
Realização de Metas de Operações de Vigilância e Repressão	Eficácia	NA	NA	Seletividade	OK
				Simplicidade e Custo de Obtenção	OK
				Cobertura e Foco	OK
				Gerenciamento da Rastreabilidade e Acompanhamento	OK
				Permanência e Grau de Estabilidade	NOK
Tempo Médio de Espera por Atendimento nos CAC e Agências da RFB	Eficiência	SAGA	NA	Seletividade	OK
				Simplicidade e Custo de Obtenção	OK
				Cobertura e Foco	OK
				Gerenciamento da Rastreabilidade e Acompanhamento	OK
				Permanência e Grau de Estabilidade	NOK

Fonte: Relatório de Gestão 2007

Vale ainda ressaltar que cada uma das principais atividades executadas pela unidade, possui pelo menos um indicador de desempenho associado, o qual é medido não apenas em termos regional



como também nacional, permitindo assim a comparação e análise do desempenho das diversas regiões fiscais do país. Além disso, a Região Fiscal conta ainda com outros indicadores mais específicos, destinados à medição do atingimento de metas locais de desempenho.

5.3 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

No exercício de 2007, o volume total de contratações efetuadas mediante licitações, esteve distribuído da seguinte forma:

Tabela 03 - Processos Licitatórios executados em 2007

AÇÃO PPA	UJ	Tipo de Aquisição de bens/serviços	Total
2237	ALF/P.VITORIA	Pregão	R\$ 83.301,61
		DRF/VITORIA	R\$ 22.200,00
	SRRF/ 7ª RF	Pregão	R\$ 115.229,12
		Dispensa	R\$ 21.208,00
2238	ALF/P.VITORIA	Dispensa	R\$ 91.584,42
		Pregão	R\$ 155.320,17
	DRF/VITORIA	Convite	R\$ 25.898,00
		Dispensa	R\$ 95.410,41
		Pregão	R\$ 239.902,65
	SRRF/ 7ª RF	Concorrência	R\$ 768.684,35
		Dispensa	R\$ 281.706,99
		Inexigibilidade	R\$ 22.572,60
		Pregão	R\$ 2.393.886,90
	2272	ALF/P.VITORIA	Dispensa
Inexigibilidade			R\$ 9.008,00
Pregão			R\$ 1.115.587,28
DRF/NITEROI		Dispensa	R\$ 633.643,30
		Pregão	R\$ 1.149.706,99
DRF/VITORIA		Dispensa	R\$ 396.175,57
		Inexigibilidade	R\$ 9.672,00
		Pregão	R\$ 1.151.304,69
SRRF/ 7ª RF		Concorrência	R\$ 7.227.839,62
		Dispensa	R\$ 182.701,85
Pregão	R\$ 12.409.027,20		
TOTAL			R\$ 28.917.648,44

Fonte: Informação prestada pelas UJs auditadas

No entanto, nossa análise foi baseada em processos licitatórios realizados em 2007 e anos anteriores, decorrentes das despesas efetuadas no exercício sob exame, no âmbito do Programa 0770 - Administração Tributária e Aduaneira cujas ações estão discriminadas abaixo.

Tabela 04 - Despesas Executadas em 2007

AÇÃO PPA	UJ	Tipo de Aquisição de bens/serviços	Despesa
2237	ALF/P.VITORIA	Pregão	R\$ 83.301,61
		DRF/VITORIA	R\$ 22.200,00
	SRRF/ 7ª RF	Pregão	R\$ 115.229,12
		Dispensa	R\$ 21.208,00
		Pregão	R\$ 830.734,02
2238	ALF/P.VITORIA	Dispensa	R\$ 91.584,42
		Pregão	R\$ 155.320,17
	DRF/NITEROI	Dispensa	R\$ 60.307,20



AÇÃO PPA	UJ	Tipo de Aquisição de bens/serviços	Despesa
		Pregão	R\$ 74.949,55
		Tomada de Preços	R\$ 22.787,05
	DRF/VITORIA	Convite	R\$ 25.898,00
		Dispensa	R\$ 95.410,41
	SRRF/ 7ª RF	Pregão	R\$ 239.902,65
		Concorrência	R\$ 68.158,59
		Dispensa	R\$ 217.095,64
		Inexigibilidade	R\$ 22.572,60
		Pregão	R\$ 466.432,54
2272	ALF/P.VITORIA	Dispensa	R\$ 316.076,72
		Inexigibilidade	R\$ 9.008,00
		Pregão	R\$ 1.115.587,28
	DRF/NITEROI	Dispensa	R\$ 856.355,19
		Inexigibilidade	R\$ 295.369,48
		Pregão	R\$ 1.911.435,85
		Tomada de Preços	R\$ 191.885,05
	DRF/VITORIA	Dispensa	R\$ 396.175,57
		Inexigibilidade	R\$ 9.672,00
		Pregão	R\$ 1.151.304,69
	SRRF/ 7ª RF	Concorrência	R\$ 7.207.123,69
		Dispensa	R\$ 928.605,96
		Inexigibilidade	R\$ 6.745,39
		Pregão	R\$ 10.439.643,01
Total Global			R\$ 27.448.079,45

Fonte: SIAFI Gerencial, Consulta Empenhos Liquidado.

- 2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira
- 2238 - Arrecadação Tributária e Aduaneira
- 2272 - Gestão e Administração do Programa

Constatamos que em todas as unidades jurisdicionadas, tanto os processos licitatórios realizados quanto a despesa realizada, mantiveram conformidade com os legislação vigente, embora tenham sido detectadas algumas falhas pontuais, como por exemplo, a ausência de publicação dos avisos de edital de pregão eletrônico, para registro de preços, em jornal de grande circulação regional ou nacional, conforme exigido pelo § 6º do art. 17 do Decreto nº 5.450/2005. Também não foi verificado fracionamento de despesas nos processos selecionados.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que, conforme pode ser verificado na tabela abaixo, existiu a prática salutar de se utilizar nas licitações a modalidade pregão, a qual constituiu 60,42% do montante da despesa, em 2007.



Tabela 05 - Tipos de Despesa Executadas em 2007

Pregão	60,42%
Concorrência	26,51%
Dispensa	10,95%
Inexigibilidade	1,25%
Tomada de Preços	0,78%
Convite	0,09%
Total Global	100,00%

Fonte: Informação prestada pelas UJs auditadas

Em relação aos contratos firmados analisados, verificamos que se encontram em consonância às formalidades legais, regendo-se pelos normativos vigentes. Aqueles que estavam em fase de execução foram efetivamente acompanhados pelos fiscais dos contratos, mediante documentos que atestavam tal fato, tais como boletins de medição, mapas de acompanhamento e consulta, antes do efetivo pagamento, a regularidade do fornecedor junto ao SICAF. Ainda assim, na UJ ALF/VIT foi detectada uma impropriedade na execução de um dos contratos analisados, tendo em vista a ausência de tabela de preços dos fabricantes e orçamentos prévios à execução dos serviços, a qual inclusive já havia sido abordado no relatório referente ao exercício anterior.

5.4 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Os trabalhos de auditoria na área de recursos humanos foram realizados tomando-se como base a Unidade Pagadora 000.050.667 - Superintendência Regional da Receita Federal na 7ª Região Fiscal - 7ª SRRF.

O quantitativo de pessoal da Unidade, posições de 31/12/2006 e 31/12/2007, apresenta-se conforme quadro a seguir:

Tabela 06 - Quantitativo de Servidores e Variação Percentual

SITUAÇÃO FUNCIONAL	31/12/2006	31/12/2007	VARIAÇÃO (%)
Ativo permanente	2610	3122	19,61
Nomeado cargo em comissão	2	2	0
Requisitado	0	0	0
Cedido	1	24	2300
Celetistas (Serpro)	508	523	2,95
Exer. Desc. Carreira	1	1	0
Exerc.provisório	2	2	0
TOTAL GERAL	3124	3674	17,60
TOTAL DO GASTO (SIAPE) R\$	321.732.001,20	424.205.109,71	31,85

Fonte: Sistema SIAPE e Informações da Divisão de Gestão de Pessoas/SRRF07.

A variação quantitativa verificada acima deu-se em virtude das disposições contidas na Lei 11.457, de 16/03/2007, que versa sobre a Administração Tributária Federal no qual a Secretaria da Receita Federal passou a denominar-se Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Já o aumento do gasto com pessoal na Unidade, no mesmo período, deveu-se basicamente ao aumento do seu quantitativo de pessoal e à

majoração do valor da Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, concedida por meio do Decreto 5.914/2006, de 28/09/2006.



Apesar disso, foram encontradas impropriedades no pagamento de adicional de periculosidade na UJ Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Vitória, fato este já apontado em relatórios anteriores.

Por fim, vale ressaltar que, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória, foram identificados 07 (sete) servidores constando do sistema CNPJ como sócios administradores de empresas particulares através de cruzamento efetuado tomando por data base outubro de 2007. Embora a maioria já tenha providenciado o seu afastamento da função, restou comprovar o desligamento de 02 (dois) servidores, motivo pelo qual a UJ encaminhou, em 14/01/2008, o Memorando nº 07/DRF/VIT-ES/Segep, ao Escritório de Corregedoria da 7ª Região Fiscal, com as cópias dos documentados apresentados pelos servidores, para a adoção das providências necessárias.

5.5 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Não foram expedidas determinações pelo TCU para as UJs examinadas no exercício em exame.

5.6 CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Tabela 07 - Quantitativo de PCDs Analisados

UJ	Qtde PCD'S Analisada	% Gasto Analisado
DRF/NI	16	1,66%
7A. SRRF	16	18,79%
ALF/VIT	108	39,00%
DRF/VIT	62	6,90%
TOTAL	202	

Fonte: Informação prestada pelas UJs auditadas

Conforme pode ser visualizado na tabela acima foram analisadas, por amostragem, 202 Propostas de Concessão de Diárias - PCDs no país, sendo que, em todas, foi constatada a existência de justificativas quanto ao pagamento de diárias daqueles que incluíram finais de semana, além do que a verificação da referida amostra não evidenciou a ocorrência de impropriedades relevantes, com exceção da ausência de alguns cartões de embarque de ida e/ou volta, conforme determina a Portaria MP nº 47, de 29 de abril de 2003.

5.7 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

No exercício de 2007, as UJs auditadas executaram despesas de suprimento de fundos, mediante utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, no montante de R\$ 35.902,80 (trinta e cinco mil novecentos e dois reais e oitenta centavos), conforme descrito abaixo :



Tabela 08 - Suprimento de Fundos

AÇÃO PPA	UJ	Suprimento Fundos - Gasto Total	Suprimento Fundos - Analisado	% Gasto Analisado
2237	DRF/NI	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	100,00%
2238	7A. SRRF	R\$ 18.655,46	R\$ 5.595,10	29,99%
2238	ALF/VIT	R\$ 12.756,65	R\$ 12.756,65	100,00%
2238	DRF/VIT	R\$ 2.990,69	R\$ 2.990,69	100,00%
TOTAL		R\$ 35.902,80	R\$ 22.842,44	63,62%

Fonte: SIAFI Gerencial

Os processos examinados referentes à utilização do CPGF apresentaram-se em conformidade com a legislação vigente.

Acresce ao valor da 7^a. SRRF o montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), concedidos por suprimento de fundos, mediante OBP, que identificamos as seguintes falhas:

- Valor concedido de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) extrapola o limite máximo permitido para concessão de suprimentos de fundos.
- Devolução do valor excedente em prazo superior àquele estabelecido na legislação vigente.

5.8 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

As constatações verificadas estão consignadas no Anexo I - Demonstrativo das Constatações, não tendo sido identificada pela equipe ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo I - Demonstrativo das Constatações deste Relatório.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2008.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

TOMADA DE CONTAS ANUAL

CERTIFICADO N° : 208178
UNIDADE AUDITADA : SRRF07
CÓDIGO : 170116
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 10707.000182/2008-81
CIDADE : RIO DE JANEIRO

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2007 a 31Dez2007.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pelas unidades, bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria.

3. Diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão n° 208178, os gestores tiveram suas contas certificadas como regulares.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2008.

JESUS REZZO CARDOSO

CHEFE DA CGU-REGIONAL/RJ



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

TOMADA DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO N° : 208178
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 10707.000182/2008-81
UNIDADE AUDITADA : SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 7ª REGIÃO FISCAL
CÓDIGO : 170116
CIDADE : RIO DE JANEIRO

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

Em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VIII, art. 14 da IN/TCU/N.º 47/2004 e fundamentado no Relatório, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE** da gestão dos responsáveis praticada no período de 01/01/2007 a 31/12/2007.

2. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 26 de junho de 2008.

MARCOS LUIZ MANZOCHI
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA ECONÔMICA